



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 47ª  
(QUADRAGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
EM 29 DE MAIO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna, nesta tarde... Creio que vários outros Parlamentares também tiveram conhecimento sobre ele. O Jardim Botânico é um lugar muito frequentado pela população do Distrito Federal. A população, Deputado Alírio, Deputado Olair, foi surpreendida com o comunicado de que, a partir deste mês, para tirar fotos dentro do Jardim Botânico, tem que pagar uma taxa de 50 reais. Ora, eu estou com o ofício, que chegou inclusive às minhas mãos. A população tem o hábito, o costume de ir ao Jardim Botânico e fotografar, mas agora tem que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

pagar uma taxa de 50 reais para isso! É algo fora do comum, Deputado Alírio Neto. A população visita o parque, tem acesso ao parque. Muitas famílias carentes tiram fotos lá. Eu estou, inclusive, encaminhando um ofício, pela CAS, ao Ministério Público, porque essa taxa, além de ser ilegal, é imoral, pois não poderia haver esse tipo de cobrança.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu gostaria de saber como é esse procedimento. Esse dinheiro é pago onde? Vai para banco? V.Exa. já tem essa informação? Vai para que conta? De uma secretaria? De uma pessoa particular? Para onde vai esse dinheiro?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Agradeço o aparte do Deputado Olair Francisco.

Deputado Olair, essa é a grande pergunta que fazemos, nesta tarde, aqui na Câmara, porque eu tenho o comunicado em minhas mãos. A população está toda revoltada, porque essa taxa de 50 reais tem que ser paga na administração do parque.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Paga lá na boca do caixa?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sim. Para você entrar e fotografar no parque do Jardim Botânico, tem que pagar essa taxa de 50 reais. Nunca se pagou para fotografar. Eu acho que é inconstitucional a cobrança dessa taxa. É a mesma coisa, Deputado Paulo Roriz, de você ir ao Parque da Cidade e ser cobrado. A máquina é sua, o profissional é seu, o lugar é público. Como é que, em lugares públicos, nós podemos cobrar uma taxa num valor desses? Então, é algo imoral, é algo ilegal. Eu estou pedindo providências ao Ministério Público do Distrito Federal, ao Governo do Distrito Federal, para que venham prestar esclarecimento sobre o que realmente está acontecendo. Não dá para entender esse tipo de comportamento.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Confesso que estou surpreso, até porque sabemos que toda taxa tem que ter uma base legal para existir, toda contribuição, todo tributo. Imagino que deve existir uma justificção jurídica para a cobrança dessa taxa. E, se houver, acho que a Câmara Legislativa tem que suspender, até porque existe um decreto legislativo que pode ser instrumento para esse tipo de situação. Daqui a pouco, pagaremos para tirar foto dentro do Parque da Cidade e em frente aos monumentos da cidade. E temos que fazer o contrário, temos que incentivar o turismo, a participação da população nesses espaços. Deve ser, com certeza, um equívoco de algum burocrata que não está acostumado a conviver com a liberdade nos espaços da cidade. Tenho certeza de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

que V.Exa. vai voltar aqui e dizer: “Olha, acho que se enganaram. Alguém errou”. Sinceramente, não estou acreditando no que V.Exa. está falando. Só acredito porque é V.Exa. quem está falando, mas isso é surpreendente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Para V.Exa. ter uma noção, Deputado Alírio, recebi mais de trinta *e-mails*. A primeira providência que tomei foi ir atrás da prova material, que é o ofício. Já pedi, inclusive, a minha assessoria que o envie ao plenário, para que V.Exas. tenham acesso a esse documento. Talvez isso esteja acontecendo pela falta de estrutura ou pela falta de dinheiro público, de investimento nos parques. Já fiz um pronunciamento sobre isso. Mas cobrar da população que entra no parque, que já tem o hábito de fotografar lá... Como o Deputado Olair Francisco já indagou, para onde estão indo esses recursos? Há embasamento jurídico para isso ou não? O que a gente pede é que, imediatamente, o Governo do Distrito Federal volte atrás e nos aponte quem tomou essa decisão, porque, no meu entendimento jurídico, isso, além de ilegal, é imoral.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 45ª Sessão Ordinária;
- Ata da 46ª Sessão Ordinária.

Quero aproveitar, antes de convidar o próximo colega inscrito como Líder, para fazer um convite a todos os colegas Parlamentares. Amanhã será, Deputado Olair Francisco, assinado o termo de cooperação técnica entre a Câmara Legislativa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

do Distrito Federal e o Tribunal Superior do Trabalho. A assinatura do termo ocorrerá às 15 horas, no Salão Nobre do Tribunal Superior do Trabalho.

Peço, Deputados Paulo Roriz, Chico Vigilante, Olair Francisco e Celina Leão, o apoio dos gabinetes de V.Exas. nesse evento, que ocorrerá, repito, no Salão Nobre do Tribunal Superior do Trabalho. Será assinado um Termo de Cooperação Técnica daquele tribunal com a nossa Casa, para estruturarmos melhor o serviço de informática do nosso Fascal. É uma tecnologia que já foi elaborada, aprimorada e colocada em execução no Tribunal Superior Eleitoral e que será incorporada pela Câmara Legislativa. O Termo de Cooperação Técnica tem como objeto a cessão gratuita à Câmara Legislativa do Distrito Federal do sistema informatizado utilizado pelo programa TST Saúde, com vista à utilização pelo Fundo de Assistência à Saúde desta Casa de Leis.

Peço a colaboração de todos os servidores do Fascal, que é o nosso Fundo de Assistência à Saúde. Estejam lá para se familiarizarem com as pessoas! Trata-se de uma ferramenta que está sendo transmitida gratuitamente à Câmara Legislativa, para poder melhor servir o seu corpo de servidores.

Eu gostaria de pedir a cada uma das unidades que enviem um dos seus representantes para acompanhar este evento com o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Concedo, neste instante, a palavra à Deputada Liliane Roriz, pela liderança do PRTB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje, quero falar de dois assuntos. Primeiro, da importante medida tomada pelo Governo do Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio, pelo Governador Agnelo, atendendo a um apelo meu e do Deputado Patrício. Fizemos uma audiência pública com os comerciantes, especialmente com os proprietários de restaurantes, na Asa Norte, que ocuparam áreas públicas. Há áreas ali que estão ocupadas há mais de vinte anos, e existem demandas que implicam a possibilidade da derrubada desses estabelecimentos, que geram empregos no Distrito Federal. O Governador atendeu ao nosso pedido e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

encaminhou – acabei de lê-lo, ao secretariar a Mesa – um projeto que vai regulamentar a situação dos puxadinhos. Eles vão pagar a taxa de ocupação de área pública e terão sua situação regularizada. Trata-se de um momento importante para o Distrito Federal, pois vamos tirar aqueles trabalhadores da ilegalidade.

O segundo assunto é o seguinte: participei ontem, Deputado Wasny de Roure, de uma reunião sobre uma situação em Ceilândia, no Sol Nascente, atrás da usina de tratamento de lixo, numa região chamada Condomínio Madureira. São cerca de 800 casas onde todas as pessoas tinham energia ilegal, gato. Eu estive lá com o diretor da CEB, o Sr. Mauro Martinelli. Deputado Wasny de Roure, cerca de 120 mil habitações estavam nessa situação quando o Governador Agnelo assumiu. Eu fico imaginando: como é que o Estado, como que os governos permitiram, Deputada Arlete Sampaio, que as pessoas fizessem rede privada de energia, loteassem a terra pública, vendessem a terra pública, fizessem redes privadas, ligassem a rede privada na rede pública e passassem a usar a energia sem pagar absolutamente nada por ela. E as pessoas querem pagar. Nesse processo, da maneira que foi montado, Deputado Wasny de Roure, havia um esquema: quando dava um defeito, eles cobravam dos moradores e iam lá com uniforme da CEB fazer o conserto como se da CEB fosse. Era esse o completo estado de ilegalidade que o Governador Agnelo Queiroz encontrou o Distrito Federal. Nesse caso, do Condomínio Madureira, a CEB já iniciou a implantação da rede pública de energia, de alta tensão, vai colocar os postes e os relógios para que as pessoas paguem pela sua energia. A mesma coisa nós fizemos no Por do Sol, onde 4.500 habitações viviam todas na clandestinidade. Elas passam a pagar energia também. Colocamos iluminação pública lá e estamos concluindo a iluminação pública do Sol Nascente, mais de 10 mil residentes, faltando completar o restante ainda. Graças efetivamente a um governo que tem a preocupação com a legalidade e com o bem-estar da população.

Eu fico imaginando como é que aquela gente do passado, que destruiu essa cidade, vai se apresentar nas próximas eleições. Tem gente por aí que diz que é competente, mas não inaugurou uma obra. É só verificarmos a qualidade das obras do Governador Agnelo Queiroz. Quem tiver alguma dúvida, compare o BR Transporte Sul com esses monstrenhos. Comparem as estações de passageiros do BR Transporte Sul – Santa Maria/Gama/Plano Piloto – com esses monstrenhos que colocaram ali na EPTG, que vão ter de ser derrubados para que se implante um sistema de transporte, porque da maneira que fizeram não tem nem como os ônibus descarregarem os passageiros.

São esses os absurdos que estamos combatendo e é por isso que a população começa efetivamente a enxergar a diferença desse governo e é por isso que o Governador Agnelo Queiroz já aparece despontando nas pesquisas aí com a possibilidade, sem dúvida, de ganhar as eleições no primeiro turno por tudo o que está fazendo em prol da legalização e do bem-estar que está sendo colocado para a população do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Muito obrigado.

(Assume a Presidência Deputada Arlete Sampaio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Assumo os trabalhos a pedido do Presidente, Deputado Wasny de Roure. Com a fala do Deputado Chico Vigilante, encerram-se os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, Deputados e Deputadas, eu gostaria de fazer aqui o registro de um projeto que nós protocolamos, ainda que eu entenda ser uma matéria de iniciativa do Poder Executivo. Independentemente da origem do projeto, ele vem equacionar um problema na cidade. O SAAN, Deputada Celina Leão, é um bairro do Distrito Federal em que foi previsto um processo de permeamento da rede férrea atrás de cada um dos imóveis. Essa rede nunca foi implantada porque verificou-se que o projeto era inexecutável por conta da declividade do solo – a via férrea não tem condições de se adaptar por conta do declive, a não ser que houvesse uma movimentação de terra muito grande numa área tão pequena, Deputado Paulo Roriz – V. Exa. foi Secretário de Habitação do Distrito Federal, tem domínio dessa matéria. Esse processo é antigo. Na medida em que a via férrea não foi implantada, surgiu uma franja de terra que varia entre 130 a 210 m<sup>2</sup> por unidade imobiliária. Consequentemente, essas áreas foram sendo gradativamente ocupadas e se tornaram basicamente um local de colocação de lixo sem que isso ajudasse as empresas, que estavam em fase de implantação. Também se avolumava um processo de degradação ambiental. Ao longo dos anos, as unidades imobiliárias foram gradativamente incorporando esse espaço vazio aos seus lotes.

O nosso projeto viabilizará a recomposição dessas unidades imobiliárias e consequentemente permitirá ao governo fazer o acerto com os proprietários de terra, ampliando seus lotes. Há um sistema previsto na lei de licitação, que é a venda direta. Além de resolver o problema de cada uma das empresas, ele também possibilitará uma receita para o Estado. Além da receita por conta da alienação e da transferência de dominialidade, ele vai possibilitar um IPTU em bases diferenciadas. A isso o Estado tem que estar atento. Os próprios empresários terão todo o interesse de participar desse debate, equacionando um problema urbanístico.

Naturalmente, nós apresentamos o projeto porque nós estamos discutindo isso há seis meses aproximadamente. Sempre levamos a matéria ao conhecimento do Poder Executivo. O Poder Executivo não encaminhou a matéria ainda a esta Casa, mas tão logo encaminhe a matéria, nós naturalmente retiraremos o nosso projeto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

para prevalecer o do Poder Executivo, porque é uma matéria tipicamente de iniciativa daquele Poder.

Eu fiz questão de tratar dessa situação aqui, Deputada Celina Leão, Deputado Paulo Roriz, Deputado Chico Vigilante e Deputada Arlete Sampaio, porque são esforços que os Deputados vão construindo ao longo de seus mandatos e que de repente não são reconhecidos pelo esforço, pela dedicação a um trabalho em que é necessário corrigir eventuais distorções. Nenhum empresário invadiu a área, elas foram colocadas depois. O projeto originalmente previsto se tornou inexecutável. Portanto, precisa ser dado um equacionamento ao problema. Eu protocolei no dia de ontem e peço aos colegas que também examinem a matéria para poderem conhecer melhor este assunto.

São essas as considerações que eu deixo aqui com os colegas para que possamos fazer esse exame.

Por último, Deputada Arlete Sampaio, eu ainda queria falar sobre a necessidade de afetação de uma área na região do Areal no que diz respeito à feira. A feira existe, com aproximadamente quatrocentos feirantes, num local sem grande infraestrutura, onde não se tem como dar respaldo a um funcionamento de maior qualidade. Hoje, o funcionamento conta com cerca de duzentos, duzentos e trinta feirantes. É necessário que o Estado designe uma área naquela localidade para que possa recepcionar, de fato, a própria comunidade.

Portanto, faço esse apelo ao Governo do Distrito Federal para que encaminhe a matéria. Essa é outra matéria, Deputado Paulo Roriz, que vimos trabalhando, discutindo com o corpo técnico – um projeto desses demora um tanto para começar a funcionar. Eu ainda não adquiri um telefone vermelho como o meu amigo, Deputado Chico Vigilante, pois com esse telefone não há problema que ele não resolva. Eu ainda não consegui essa estatura, mas um dia chegamos lá, Deputado Chico Vigilante. Eu agradeço essa oportunidade e deixo esse apelo aqui, porque considero uma solução para duas matérias extremamente importante para a população.

Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure. V.Exa. não precisa de telefone vermelho, pois é o Presidente desta Casa, a terceira pessoa na hierarquia do poder no Distrito Federal. Faça uso do seu poder.

Indago aos Deputados presentes se alguém deseja fazer uso da palavra na condição de Parlamentar.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, durante o meu pronunciamento nos Comunicados de Líderes, eu falei sobre a taxa de 50 reais cobrada pelo Jardim Botânico. Os colegas me perguntaram quem assinava. Só para deixar aqui claro, há uma portaria publicada, a Ordem de Serviço nº 12, de 31 de março de 2014, publicada pelo diretor do Jardim Botânico. Pedimos a imediata revogação dessa portaria, porque não concordamos com a cobrança dessa taxa no valor de 50 reais.

Eu queria falar nesta tarde de hoje, até porque são tantos os assuntos aqui, sobre a auditoria feita no Estádio Mané Garrincha, que aponta um sobrepreço de 431 milhões de reais. O jornal *O Globo* também trouxe algumas informações que realmente são importantes para nós que fazemos parte do Poder Legislativo e temos a obrigação de fiscalizar. O relatório preliminar do Tribunal de Contas apontou um superfaturamento de 431 milhões de reais nas obras da arena.

Eu quero discordar do Parlamentar que me antecedeu sobre a qualidade das obras do Governo Agnelo. Eu acho que a qualidade é péssima, Deputado Paulo Roriz. Com menos de um ano, chovia dentro do Estádio Mané Garrincha. Foram gastos 150 milhões de reais em um aditivo para refazer a cobertura de uma obra recém-inaugurada. V.Exa. sabia que o metro quadrado do BRT está mais caro do que a escavação de um túnel de metrô, Deputado Paulo Roriz? Eu sou contrária a esse tipo de afirmação sobre a qualidade das obras do governo. Eu acho que todo governo deveria ter um padrão de qualidade para que, realmente, as obras fossem duráveis. Por exemplo, um asfalto deve durar cinco, dez anos... E não essa capa de massa asfáltica que, muitas vezes, temos visto ser jogada na cidade e que com a primeira chuva é levada.

O Estádio Mané Garrincha se resume na falta de planejamento – um estádio no qual, inicialmente, é apontado um superfaturamento de 431 milhões de reais. A investigação também detectou, Deputado Paulo Roriz, a alocação excessiva de mão de obra. Fiz um pronunciamento aqui, desta tribuna, pois tive conhecimento de mais de cem caminhões da Novacap que faziam este trabalho para que a obra ficasse pronta a tempo: eles buscavam massa asfáltica dentro da Novacap e, em nenhum momento, isso foi glosado nas notas pagas aos empreiteiros que fizeram o Estádio Mané Garrincha. É engraçado, pois muitas vezes se indaga por que as pessoas estão protestando. É uma afirmação, muitas vezes, até antidemocrática de alguns líderes, dizer que não vai haver manifestação na Copa. Quem vai decidir se haverá ou não manifestação na Copa é a população, porque a nossa Constituição nos garante irmos às ruas para protestarmos, desde que sejamos pacíficos, ordeiros. Isso é algo democrático. Então, quem vai decidir se iremos às ruas ou não, se manifestaremos nossas vontades ou não, é a população. Sabe por que, Deputado Paulo Roriz? Porque a população não aguenta ver um estádio de mais de 2 bilhões de reais e chegar à Vila São José, em Taguatinga, e ver que está faltando asfalto, chegar ao Porto Rico e ver que está faltando asfalto, chegar à Vila São Vicente e ver que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

faltando asfalto, chegar ao Condomínio Por do Sol e ver que ainda está faltando asfalto, chegar aos hospitais e ver que faltam médicos. Eu acho que se pode até abrir mão de um financiamento do Governo Federal, que foi doado a todos os outros Estados. Nós abrimos mão de ter esse financiamento aqui. Fizemos com recurso próprio, mas ainda estamos com várias escolas caindo aos pedaços, com alunos jogando futebol em quadras estragadas e machucando os pés. Eu acho que nós realmente precisamos de obras de qualidade, mas precisamos primeiro de seriedade nas grandes obras do Governo do Distrito Federal. Quem está falando aqui não é a Deputada Celina Leão, é o Tribunal de Contas. O acompanhamento também permanente na quase totalidade das obras, desde o lançamento até os editais de licitação... São muitos. Nós estamos deixando, inclusive, à disposição até no nosso *site* também. Você imagina o que daria para fazer com 431 milhões! Onde foram parar os 431 milhões? Os 9 milhões da Copa das Confederações daquele jogo, até agora, ninguém sabe onde estão, porque o time de futebol disse que não recebeu, o Governo do Distrito Federal disse que não recebeu. Onde está o dinheiro? Ninguém recebeu? Ninguém some uma arrecadação de 9 milhões de reais.

Acho até engraçado as pessoas indagarem por que os índios protestam, por que as pessoas protestam. Porque as pessoas precisam ser vistas, Deputado Paulo Roriz. Eu até quero repetir uma palavra aqui da Deputada Arlete Sampaio, uma excelente Parlamentar, que diz: "Governo e feijão só na panela de pressão". Então, a população quer ser ouvida e se manifesta. Respeitamos e realmente acolhemos as reivindicações da população, desde que sejam manifestações legítimas, calmas e democráticas.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Deputada Arlete Sampaio, Sras. e Srs. Deputados, eu ontem já tinha imaginado, Deputado Alírio Neto, fazer um pronunciamento hoje sobre as manifestações que estão ocorrendo no Brasil. Eu sou sindicalista. Eu estou Deputado. Eu iniciei manifestações no Brasil no tempo em que muita gente tinha medo de se manifestar, ainda na ditadura militar. Fizemos todo tipo de greve, todo tipo de manifestação e nunca depredamos o patrimônio público. Por isso, nós somos respeitados pela sociedade. Mas o que acontece? Eu estava verificando ontem a história dos índios. O mais engraçado é que a Funai patrocina a vinda dos índios, paga a vinda dos índios com dinheiro público para que eles protestem com armas. E não venham me dizer que flecha não é arma, pois estão infringindo o art. 19 do Código Penal. Aquela flecha que pegou na perna do policial militar, se tivesse pegado no peito dele, certamente ele correria um sério risco de morrer. E isso tudo é normal? É normal sair por aí soltando flecha nas pessoas? Isso é grave. Falam muito mal da gente no exterior, e já saíram por aí dizendo que, na Capital da República, há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

índio flechando gente. Isso é grave. Nós precisamos de investimento do exterior, precisamos crescer mais ainda. Somos a 7ª economia, mas, para crescermos, precisamos de mais gente investindo. Nós precisamos de turistas no Brasil e ficamos numa situação dessas. Dizem que havia quinhentas pessoas protestando. Só que havia 7 mil e 500 pessoas na fila para verem a taça. Eu pergunto: onde fica o direito das 7 mil pessoas que estavam lá? Está havendo manifestações, mas eu pergunto: e os 500 mil brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras que compraram os ingressos para assistir aos jogos da Copa? O direito deles de assistir aos jogos da Copa será que não precisa ser respeitado?

A verdade é que a extrema direita no Brasil se uniu com a extrema esquerda para fazer essas balbúrdias, achando que por aí vão ganhar a eleição. Não têm proposta, não têm uma só proposta nova para o Brasil. Não propõem avançar na reforma agrária, não propõem avançar na educação, porque ficaram quinhentos anos e não o fizeram. Mentem para a população. Não têm proposta nova e fazem esse tipo de baderna que estão fazendo aqui. Felizmente, aqui há uma polícia preparada, uma polícia treinada para fazer o que tem que ser feito. Eu repito: e o direito das 500 mil pessoas que compraram ingresso? Se não queriam a Copa, por que não protestaram na época oportuna, quando a Fifa estava decidindo que país iria sediá-la? Nós sabemos que foi uma disputa acirrada. Há muitos países que queriam e não conseguiram. O Brasil conseguiu, e agora ficam aprontando, dizendo que não vai ter Copa? Quem disse que não vai ter Copa? A Copa está acontecendo, vai ter Copa, sim, com segurança, porque as forças policiais do Distrito Federal e do Brasil estão prontas para agir e para garantir o direito constitucional da maioria. Quem quiser se manifestar – e eu sou fruto das manifestações – vá se manifestar democraticamente. Não da maneira que estão fazendo.

Por último, Deputada Arlete Sampaio, é muito fácil chegar aqui e jogar informação desinformada, chegar aqui e dizer que o Jardim Botânico está cobrando 50 reais. Deviam dizer que os 50 reais, Deputado Paulo Roriz, são cobrados de quem vai lá lucrar com um bem público, ou seja, de agências que querem tirar fotografia comercial. É de quem ganha dinheiro com a fotografia que se está cobrando. Essa é uma lei federal. Qualquer cidadão do povo que quiser ir ao Jardim Botânico pode tirar o tanto de fotografia que quiser que dele não se cobrará nenhuma taxa. A cobrança é de quem tira lucro da fotografia, de quem vai lá ganhar dinheiro com a fotografia. Não é para fotógrafo de monumento, é para comerciantes que querem dinheiro, querem auferir lucro sem pagar nada. É isso que está sendo feito. É uma lei federal que determina isso, e o Jardim Botânico está fazendo o que se faz no mundo inteiro.

Eu, que era Deputado Federal, estive na Rússia uma vez. Há muitos monumentos lá na Rússia em que é proibido fotografar. Ninguém fotografa: nem de graça, nem pagando. Outros países também são assim. Portanto, quando vieram aqui trazer informação, que a tragam por completo, porque, ao se jogar aqui que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29   05   2014	15h25min	47ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

qualquer pessoa que entrar no Jardim Botânico vai pagar fotografia, faltou-se com a verdade.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Com a presença dos Deputados Paulo Roriz, Celina Leão, Chico Vigilante e Arlete Sampaio – o Deputado Alírio Neto entrou também, e acho que saiu –, não há *quorum* para o prosseguimento das atividades.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, rapidamente, só quero completar a informação do Deputado Chico Vigilante. Talvez S.Exa. não tenha tido o cuidado de olhar a portaria, que fala sobre a questão comercial, sim, mas o parágrafo 2º da portaria fala que ensaios fotográficos de noiva e debutantes, produções de *book*, propaganda e similares são consideradas atividades que necessitam de prévia autorização. E nem todas essas pessoas, Deputada Arlete Sampaio, têm condição de pagar um profissional. Muitas delas fazem com pessoas da própria família. Ou seja, isso está sendo cobrado, sim, da população como um todo. Alguns têm lucrado. Várias pessoas precisam de atividades comerciais para sobreviver, e isso é legítimo. Mas de toda a população, sim, que vai tirar foto, como noiva, como debutante ou como qualquer tipo de coisa, mesmo se não for profissional, está sendo cobrada a taxa. Então, eu não faltei com a verdade. Talvez falte informação ao Deputado que me antecedeu.

PRESIDENTE (DEPUTADA ARLETE SAMPAIO) – Deputada Celina Leão, eu quero dizer a V.Exa. que vou analisar a portaria e, se for o caso, vou entrar em contato com a pessoa que a assinou para discutir essas questões. Acho que há que se diferenciar entre agências e pessoas que são fotógrafas amadoras, às vezes. É preciso fazer essa diferença e fazer justiça às pessoas.

Por último, eu também queria dizer que não houve nenhuma doação de dinheiro federal para nenhum estádio; houve, sim, empréstimo do BNDES.

Eu só queria fazer esses dois esclarecimentos.

Neste momento, em função da ausência de *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h05min.)